

As Aristocracias

Fonte: Obras Póstumas -Allan Kardec

Aristocracia vem do grego *aristos*, o melhor, e *Kratus*, poder: a aristocracia, em sua acepção literária, significa, pois: Poder dos melhores. Convir-se-á que o sentido primitivo foi, por vezes, singularmente desviado; mas vejamos que influência o Espiritismo pode exercer sobre a sua aplicação. Para isso tomemos as coisas no ponto de partida e sigamo-las através das idades, para delas deduzir o que ocorrerá mais tarde.

Em nenhum tempo, nem em nenhum povo, os homens em sociedade puderam abster-se de chefes; são encontrados entre os povos mais selvagens. Isso se prende a que, em razão da diversidade das aptidões e dos caracteres inerentes à espécie humana, há por toda a parte homens incapazes que é preciso dirigir, fracos que é necessário proteger, paixões que é preciso comprimir; daí a necessidade de uma autoridade. Sabe-se que, nas sociedades primitivas, essa autoridade foi deferida aos chefes de família, aos anciãos, aos velhos, em uma palavra, aos patriarcas; essa foi a primeira de todas as aristocracias. Tornando-se as sociedades mais numerosas, a autoridade patriarcal ficou impossibilitada em certas circunstâncias. As querelas entre populações vizinhas ocasionaram os combates; foi preciso para dirigi-las não de velhos, mas de homens fortes, vigorosos e inteligentes; daí os chefes militares. Vitoriosos esses chefes, se lhes conferia a autoridade, esperando encontrar, em sua bravura, uma garantia contra os ataques dos inimigos; muitos, abusando de sua posição, dela se apoderaram eles mesmos; depois, os vencedores se impuseram aos vencidos, ou os reduziram à servidão; daí a autoridade da força bruta, que foi a segunda aristocracia.

Os fortes, com seus bens, transmitiram, muito naturalmente, sua autoridade aos seus filhos, e os fracos sob compressão, não ousando nada dizer, se habituaram, pouco a pouco, a considerar estes como os herdeiros dos direitos conquistados pelos seus pais, e como seus superiores; daí a divisão da sociedade em duas classes: os superiores

e os inferiores, aqueles que mandam e aqueles que obedecem; daí, por consequência, a aristocracia de nascimento, que se torna tão poderosa e tão preponderante quanto a da força, porque ela não tinha força por si mesma, como nos primeiros tempos em que era preciso pagar por sua pessoa, ela dispunha de uma força mercenária. Tendo todo o poder, se dava, naturalmente, privilégios. Para a conservação desses privilégios, era preciso lhes dar o prestígio da legalidade, e ela fez as leis em seu proveito, o que lhe era fácil, uma vez que só ela as fazia. Isso não era sempre suficiente; deu-se o prestígio do direito divino, para torná-las respeitáveis e invioláveis. Para assegurar o respeito da parte da classe submissa que se tornava mais numerosa, e mais difícil de contentar, mesmo pela força, não havia senão um meio, impedi-la de ver claro, quer dizer, mantê-la na ignorância.

Se a classe superior tivesse podido nutrir a classe inferior sem nada fazer, a teria facilmente dominado por muito tempo ainda; mas como esta era obrigada a trabalhar para viver, e trabalhar tanto mais quanto era oprimida, disso resultou que a necessidade de encontrar, sem cessar, novos recursos, de lutar contra uma concorrência invasora, de procurar novos mercados para os produtos, desenvolveu a sua inteligência, e ela se esclareceu pelas mesmas causas das quais se serviu para sujeitá-la. Não se vê aí o dedo da Providência?

A classe submissa, portanto, viu claro; viu a pouca consistência do prestígio que se lhe opunha e, sentindo-se forte pelo número, aboliu os privilégios e proclamou a igualdade diante da lei.

Esse princípio marcou, em certos povos, o fim do reino da aristocracia de nascimento, que não é mais do que nominal e honorífica, uma vez que ela não confere mais direitos legais.

Então, se levantou um novo poder, o do dinheiro, porque com dinheiro se dispõe de homens e de coisas. Era um sol diante do qual se inclinava, como outrora se inclinava diante de um

brasão, e mais baixo ainda. O que não se concedia mais ao título, se concedia à fortuna, e a fortuna teve os seus privilégios iguais. Mas, então, percebeu-se que, se para fazer fortuna é preciso uma dose de inteligência, não era preciso tanto para herdá-la, e que os filhos são, frequentemente, mais hábeis para comer do que para ganhar, que os próprios meios de se enriquecer nem sempre são irrepreensíveis; disso resultou que o dinheiro perdeu, pouco a pouco, seu prestígio moral, e que essa força tende a se substituir por um outro poder, uma outra aristocracia mais justa: a da inteligência, diante da qual todos podem se inclinar sem se aviltar, porque ela pertence a o pobre como ao rico.

Será essa a última? Ela é a alta expressão da Humanidade civilizada? Não. A inteligência nem sempre é uma garantia de moralidade, e o homem mais inteligente pode fazer um emprego muito mau de suas faculdades. Por outro lado, só a moralidade pode, a miúdo, ser incapaz. A união dessas duas faculdades, inteligência e moralidade, é, pois, necessária para criar uma preponderância legítima, e à qual a massa se submeterá cegamente, porque lhe inspirará toda a confiança por suas luzes e por sua justiça. Será a última aristocracia, a que será a consequência, ou antes, o sinal do advento do reino do bem sobre a Terra. Chegará muito naturalmente pela força das coisas; quando os homens dessa categoria forem bastante numerosos, para formarem uma maioria imponente, será a eles que a massa confiará os seus interesses.

Como vimos, todas as aristocracias têm a sua razão de ser; nascem do estado da Humanidade; ocorrerá o mesmo com aquela que se tornar uma necessidade; todas fizeram, ou farão, o seu tempo segundo o país, porque nenhuma teve por base o princípio moral; só esse princípio pode constituir uma supremacia durável, porque será animado dos sentimentos de justiça e de caridade; supremacia que chamaremos: aristocracia intelecto-moral.

Um tal estado de coisas é possível com o egoísmo, o orgulho, a cupidez que reinam soberanos sobre a Terra? A isso responderemos com firmeza: sim, não somente é possível, mas chegará, porque é inevitável. Hoje, a inteligência domina; é soberana,

ninguém poderia contestá-lo; e isso é tão verdadeiro que vedes o homem do povo chegar aos primeiros cargos.

Essa aristocracia não é mais justa, mais lógica, mais racional do que a da força brutal, de nascimento ou do dinheiro? Por que, pois, seria impossível juntar-lhe a moralidade? – Porque, dizem os pessimistas, o mal domina sobre a Terra. – Está dito que o bem não o dominará jamais? Os costumes e, por consequência, as instituições sociais, não valem cem vezes mais hoje do que na Idade Média? Cada século não foi marcado por um progresso? Por que, pois, a Humanidade se deteria quando tem ainda tanto a fazer?

Os homens, por um instinto natural, procuram seu bem-estar; se não o encontram completo no reino da inteligência, procurá-lo-ão alhures; e onde poderão encontrá-lo se não for no reino da moralidade? Para isso, é preciso que a moralidade domine numericamente.

Há muito a fazer, é incontestável, mas, ainda uma vez, haveria tola presunção em dizer que a Humanidade chegou ao seu apogeu, quando é vista a marchar, sem cessar, no caminho do progresso. Dizemos primeiro que os bons, sobre a Terra, não são inteiramente tão raros quanto se crê; os maus são numerosos, isto infelizmente é verdade; mas o que os faz parecer ainda mais numerosos, é que são mais audazes, e sentem que essa audácia mesma lhes é necessária para triunfarem; e, todavia, compreendem de tal modo a preponderância do bem que, não podendo praticá-lo, dele tomam a máscara. Os bons, ao contrário, não exibem as suas boas qualidades; não se colocam em evidência e eis porque parecem tão pouco

numerosos; mas sondai os atos íntimos, realizados sem ostentação, e, em todas as classes da sociedade, encontrareis ainda bastante boas e louváveis naturezas para vos tranquilizar o coração e não desesperar da Humanidade.

E, depois, é preciso dizer também, entre os maus há muitos que não o são senão por arrastamento, e que se tornariam bons se fossem submetidos a uma boa influência. Coloquemos em fato que, sobre 100 indivíduos, há 25 bons e 75 maus; sobre estes

últimos, há deles 50 que o são por fraqueza, e que seriam bons se tivessem bons exemplos sob os olhos, e se, sobretudo, tivessem tido uma boa direção desde a infância; e que sobre os 25 francamente maus, nem todos são incorrigíveis. No estado atual das coisas, os maus estão em maioria e fazem a lei para os bons; suponhamos que uma circunstância leve à conversão dos 50 medianos, os bons estarão em maioria e farão a lei por seu turno; sobre os 25 outros francamente maus, vários sofrerão a influência, e não ficarão senão alguns incorrigíveis sem preponderância.

Tomemos um exemplo para comparação: Há povos entre os quais o assassinio e o roubo são o estado normal; o bem ali é exceção.

Entre os povos mais avançados e os melhores governados da Europa, o crime é exceção; perseguido pelas leis, e sem influência sobre a sociedade. O que ali ainda domina são os vícios de caráter: o orgulho, o egoísmo, a cupidez e seu cortejo. Por que, pois, esses povos progredindo, os vícios ali não se tornariam a exceção, como o são hoje os crimes, ao passo que os povos inferiores alcançariam novo nível? Negar a possibilidade dessa marcha ascendente seria negar o progresso. Seguramente, tal estado de coisas não poderia ser a obra de um dia, mas se há uma causa que deve apressar-lhe o advento, sem nenhuma dúvida, é o Espiritismo.

Agente por excelência da solidariedade humana, mostrando as provas da vida atual como a consequência lógica e racional das ações realizadas nas existências anteriores, fazendo de cada homem o artífice voluntário de sua própria felicidade, de sua vulgarização universal resultará, necessariamente, uma elevação sensível do nível moral atual.

Os princípios gerais de nossa filosofia estão apenas elaborados e coordenados, e já reuniram, numa imponente comunhão de pensamentos, milhões de adeptos disseminados sobre toda a Terra. Os progressos realizados sob a sua influência, as transformações individuais e locais que provocaram, em menos de quinze anos, nos permitem apreciar as imensas modificações fundamentais que são chamados a determinar no futuro.

Mas se, graças ao desenvolvimento e à aceitação geral dos ensinamentos dos Espíritos, o nível moral da Humanidade tende constantemente a se elevar, enganar-se-ia estranhamente supondo-se que a moralidade se tornará preponderante com relação à inteligência. O Espiritismo, com efeito, não pede para ser aceito cegamente. Ele apela para a discussão e a luz.

Em lugar da fé cega, que anula a liberdade de pensar, ele diz: "Não há fé inabalável senão aquela que pode encarar a razão face a face, em todas as épocas da Humanidade. À fé, é necessária uma base, e essa base é a inteligência perfeita do que se deve crer; para crer, não basta ver, é preciso sobretudo compreender." (O Evangelho Segundo o Espiritismo.)

É, pois, com justiça que podemos considerar o Espiritismo como um dos mais poderosos precursores da aristocracia do futuro, quer dizer, da aristocracia intelectual-moral.